

▶ SUSTENTABILIDADE

Um 'novo PIB' em gestação

Especialistas buscam uma **reformulação** da medida de riqueza que leve em conta **ambiente** e qualidade de **vida**

Andrea Vialli

Após anos de críticas à forma usada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), organismos internacionais devem receber no próximo mês um relatório com sugestões para mudar os parâmetros de cálculo do desempenho econômico dos países. Em época de crise financeira e desaceleração da economia no mundo, a proposta é elaborar um indicador que, além de somar a atividade econômica, considere as condições de vida da população e índices relacionados a sustentabilidade e preservação de recursos naturais.

“A crise colocou em xeque muitos conceitos, entre eles o de que crescimento econômico se traduz em bem-estar”, avalia Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos.

Uma das ideias de revisão do PIB está em andamento desde meados do ano passado. O presidente da França, Nicolas Sarkozy, encomendou a um grupo de 27 renomados especialistas, entre eles os ganhadores do prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz (2001) e Amartya Sen (1998), uma reforma da métrica. Matemáticos, estatísticos, economistas ambientais e estudiosos da pobreza reforçam o time, que ficou conhecido como Comissão Stiglitz-Sen.

A comissão trabalha em três frentes. Uma delas busca atualizar o PIB padrão, de modo que a medida se torne mais abrangente e mais relevante para os formuladores de políticas públicas. Outra tenta incorporar novas medidas de sustentabilidade ambiental aos dados e, assim, mensurar o impacto da economia sobre os ecossistemas. Por último, o grupo trabalha na criação de novos indicadores para avaliar qualidade de vida e bem-estar.

As críticas ao PIB remontam à década de 1960 e, pela primeira vez desde o pós-guerra, ganha força a proposta de medir o progresso econômico em novas bases. O relatório que está sendo preparado deve ser entregue à Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Vai ser uma nova forma de fazer a contabilidade das nações, que permitirá que os resultados do desempenho econômico sejam medidos de uma ma-



TOBY MELVILLE/REUTERS-28/3/2009

NOVOS TEMPOS - Manifestantes pedem ações contra pobreza, desemprego e mudanças climáticas durante reunião do G-20: questões podem entrar em novo cálculo do PIB

neira melhor que a atual. O PIB que conhecemos é precário”, afirma José Eli da Veiga, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e autor do livro *Desenvolvimento Sustentável - O Desafio do Século XXI*.

MODELO ULTRAPASSADO

As críticas ao PIB como medida do crescimento econômico existem desde que ele passou a ser amplamente utilizado pelos países, no Pós-Guerra. Um de seus formuladores, o economista Simon Kuznets, chegou a admitir as limitações da métrica na década de 1970.

Em 2004, um encontro internacional de estatísticos organizado pela OCDE lançou as bases para que o movimento anti-PIB, hoje conhecido como Beyond GDP (Além do PIB,

em inglês) se disseminasse pelo mundo e culminasse no pedido de Sarkozy aos economistas.

“A discussão é irreversível e palpável porque é preciso encontrar instrumentos mais eficientes para medir o progresso e o nível de bem-estar dos países, que levem em consideração temas urgentes como saúde, pobreza, mudanças climáticas e a dilapidação dos recursos naturais”, avalia Young, do Instituto Ethos.

A economista americana Hazel Henderson levantou críticas ao modelo do PIB há pelo menos 20 anos. Segundo ela, o critério da riqueza per capita disfarça as desigualdades vigentes – pois a métrica do PIB apenas soma o resultado da atividade econômica sem levar em conta as chamadas externalidades – os custos social e ambiental envolvidos na produção da

QUEM É QUEM NA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

● **Nicholas Georgescu-Roegen:** Economista romeno (1906-1994), ficou conhecido por aplicar à economia o conceito da entropia, emprestando da termodinâmica. No livro *A Lei da Entropia e o Processo Econômico*, de 1971, Georgescu-Roegen mostrou que o sistema econômico não era um motoperpétuo, que alimenta a si mesmo de forma circular, sem perdas, e sim um sistema que transforma recursos naturais em rejeitos que não podem mais ser utilizados

● **E.F. Schumacher:** Economista

britânico (1911-1977), publicou em 1973 o livro *Small is Beautiful*, no qual chama a atenção para os perigos do crescimento acima das possibilidades de regeneração. Entusiasta da energia limpa, alertou a Europa sobre os riscos da dependência dos combustíveis fósseis

● **Herman Daly:** Economista e ecólogo americano, professor da Universidade de Maryland. Defende a teoria do Estado Estacionário, em que o crescimento econômico exponencial deve ser suplantado pela qualidade do desenvolvimento

riqueza por um país.

Um exemplo claro do que fala Henderson é o caso das grandes catástrofes e desastres ambientais: hoje, eles acabam sendo positivos para o crescimento

do PIB, porque a reconstrução das regiões afetadas por tais eventos extremos movimenta o setor de serviços e, consequentemente, gera empregos.

Outro exemplo é a natureza

do negócio. Uma mineradora pode contribuir para o PIB com a extração de minério, mesmo às custas da degradação dos recursos naturais, o que pode comprometer para sempre uma cidade e as pessoas que vivem ali. Além disso, o PIB só contabiliza o fluxo de mercadorias, e não os estoques de bens já produzidos.

Além da França, o Reino Unido também reforçou o coro sobre a necessidade de uma nova métrica. No entanto, ainda deve levar algum tempo para que esses novos parâmetros sejam assimilados e adotados como padrão. “É muito difícil prever. A ONU terá de assumir a elaboração dos indicadores. A expectativa é de que o relatório da Comissão Stiglitz-Sen desencadeie um processo nas organizações internacionais”, explica Veiga. ●

Consumo x ambiente

Debate compara **velocidade** da expansão da **economia** e capacidade de **regeneração** dos recursos naturais

Vários estudos têm alertado que tanto a população da Terra quanto seus níveis de consumo crescem mais rapidamente do que a capacidade de regeneração dos sistemas naturais. Um dos mais recentes, o relatório Planeta Vivo, elaborado pela ONG internacional WWF, estima que atualmente três quartos da população mundial vivem em países que consomem mais recursos do que conseguem repor.

Só Estados Unidos e China consomem, cada um, 21% dos recursos naturais do planeta. Até 1960, a maior parte dos países vivia dentro de seus limites ecológicos. Em poucas décadas do atual modelo de produção e consumo, a humanidade exauriu 60% da água disponível e dizimou um terço das espécies vivas do planeta.

Segundo o estudo do WWF, o colapso ambiental pode custar ao mundo US\$ 4,5 trilhões por ano em reparações. E, apesar

das promessas de que o crescimento do PIB reduziria a pobreza, as desigualdades econômicas se mantêm: a cada US\$ 160 produzidos no mundo, só US\$ 0,60 chegam efetivamente aos mais pobres.

“O argumento de que o crescimento econômico é a solução já não basta. Não há recursos naturais para suportar o crescimento constante. A Terra é finita e a economia clássica sempre ignorou essa verdade elementar”, afirma o ecoeconomista Hugo Pentead, autor do livro *Ecoeconomia - Uma Nova Abordagem*.

Pentead não está sozinho. A urgência dos problemas ambientais e suas implicações para a economia das nações têm sido terreno fértil para o desenvolvimento da ecoeconomia, ou economia ecológica. Assim como as críticas ao PIB, a ecoeconomia não é exatamente nova. Seus principais expoentes começaram a surgir na década de

1960. Hoje, estão paulatinamente ganhando projeção graças à visibilidade que o tema sustentabilidade conquistou.

Para essa escola, as novas métricas para medir o crescimento da economia não bastam, embora sejam bem-vindas em um processo de transição. Para a ecoeconomia, é preciso parar de crescer em níveis exponenciais e reproduzir – ou “biometizar” – os ciclos da natureza: para ser sustentável, a economia deve caminhar para ser cada vez mais parecida com os processos naturais.

“A economia baseada no mecanicismo não oferece mais respostas. É preciso encontrar um novo modelo, que dê respostas a questões como geração de empregos, desenvolvimento com qualidade e até mesmo uma desmaterialização do sistema. Vender serviços, não apenas produtos, e também produzir em ciclos fechados, sem desperdício”, afirma Paulo Durval Bran-

42% dos recursos naturais do planeta são consumidos atualmente por China e EUA, juntamente

US\$ 4,5 tri é o custo estimado anual de reparações por colapso ambiental

60% da água foi exaurida pelo modelo de produção e consumo; um terço das espécies vivas do planeta foi extinto

vas em seus modelos de negócio. O desperdício de matérias-primas, o estímulo ao consumismo e a obsolescência programada (bens fabricados com data certa para serem substituídos) ainda ditam as regras. “Mesmo nas companhias que são consideradas vanguarda em sustentabilidade, essas questões não estão sendo observadas. O paradigma vigente é crescer, conquistar mais consumidores, elevar o lucro do acionista.”

ESTACIONÁRIA

Outro pilar da ecoeconomia é a defesa do estado estacionário – conceito reformulado pelo economista Herman Daly, da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, com base nas ideias de John Stuart Mill, um dos pais da economia política do século 19. Daly, que foi economista sênior do departamento de Meio Ambiente do Banco Mundial, defende que “a economia sustentável deve, em al-

gum ponto, parar de crescer. Embora isso não signifique, necessariamente, parar de se desenvolver.”

A transição rumo à economia sustentável proposta por Daly implica eliminar o fator quantidade. A produção de bens seria limitada à necessidade de reposição dos itens. Produtos de vida mais longa poderiam ser substituídos mais lentamente, com menor impacto sobre os recursos naturais. Nesse cenário, o fabricante prestaria serviços vinculados a bens alugados, como manutenção, recolhimento e reciclagem ao fim de sua vida útil.

No setor financeiro, a ausência de crescimento provavelmente faria que os juros caíssem. E também traria mudanças no alvo do sistema tributário. “Me parece razoável taxar o que queremos evitar, o esgotamento de recursos e a poluição, e deixar de taxar o que mais queremos, a renda.” ● **A.V.**